

A AMEAÇA DO PACIFISMO

LUIZ EDMUNDO BRÍGIDO BITTENCOURT
Vice-Almirante (Ref^o)

L. M. OVERSTREET
Comandante (USN)

INTRODUÇÃO

As ondas do pacifismo sempre existiram ao longo da história, com funestas consequências, parecendo que os homens não acreditam nas lições do passado.

Bismark, o grande chanceler unificador da Alemanha, disse: "Os tolos preferem viver da própria experiência mas eu ainda prefiro viver da experiência alheia."

Do interessante artigo "O desarmamento total evitará a guerra?" do Comandante da Marinha dos Estados Unidos L. M. Overstreet, publicado na *Revista Marítima Brasileira* de julho de 1923, podemos tirar bons exemplos da hoje maior nação do mundo.

Após a independência foi procedido imediatamente o desarmamento de modo que por volta de 1785 os Estados Unidos não dispunham de uma só unidade em sua Marinha de Guerra o que ensejou aos

algerianos capturarem dois navios mercantes e fecharem o Mediterrâneo ao comércio norte-americano. A ofensa permaneceu e até aumentou com a participação dos marroquinos, dos tunisianos e de Trípoli, levando os Estados Unidos a buscarem a paz em tratados extremamente desonrosos para si. Somente após uma luta de quatro anos, agora bem armados, foi possível conseguir paz com honra.

Novamente veio a paz e o desarmamento, de modo que quando os Estados Unidos entraram em guerra contra a Inglaterra, só dispunham de 16 navios de guerra. Salvou a situação a transformação de 500 navios mercantes em de guerra (na época isso era possível, fácil e eficiente) que aprisionaram e/ou destruíram 1.350 embarcações britânicas de comércio.

Para fazer frente às exigências da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos

levaram 15 meses para transportar as tropas americanas que decidiram a luta no campo de batalha da França, o que custou cerca de US\$ 25 bi/ano e muitas vidas.

E se pensarmos na Segunda Guerra Mundial, verificaremos que a história se repetiu, e o despreparo esteve presente no primeiro embate. Podemos imaginar como seria a guerra no Pacífico se os navios-aeródromos americanos estivessem no porto durante o ataque japonês a Pearl Harbour?

E hoje, o que acontecerá? Como o Brasil defenderá os seus interesses? Amazônia? Soja? Calçados? Tecnologia nuclear? Comunicações?

Voltemos a 1923 com a republicação do artigo do Comandante L. M. Overstreet.

O DESARMAMENTO TOTAL EVITARÁ A GUERRA?

A diminuição dos armamentos navais diminuirá as probabilidades de guerra? Em caso afirmativo, o desarmamento total evitará a

guerra? Visto que a história se repete, remontemos ao passado e, desse ponto vantajoso de observação, busquemos inteligentes previsões sobre o futuro.

A declaração da independência (4 de julho de 1776) marcou a fundação da nação norte-americana, mas a nossa guerra com a Grã-Bretanha não teve fim senão em 1783. Terminado esse conflito, procedemos imediatamente ao desarmamento das nossas forças navais, fazendo presente do nosso navio mais novo ao rei da França e vendendo os outros navios de guerra, de sorte que, por volta de 1785, não dispúnhamos de uma só unidade de guerra. Valeu-nos isso a paz que desejávamos?

No mesmo ano em que nos desarmamos, os algerianos capturaram dois dos

nossos navios mercantes e fecharam a "porta aberta" ao nosso tráfego no Mediterrâneo. Mais tarde esses mesmos algerianos aprisionaram mais onze navios nossos, escravizando as suas equipagens – 119 homens ao todo, dos quais sete morreram durante o cativeiro.

O Congresso viu-se, então, na contingência de votar o seu primeiro crédito (27 de março de 1794) para a construção de navios de guerra. Teve assim início a nossa Marinha de Guerra permanente. Esse primeiro ato do Legislativo determinava a construção de seis fragatas, *Constitution*, *President*, *United States*, *Chesapeake*, *Congress* e *Constellation*, mas encerrava uma estipulação dispondo que a frota não seria terminada se, durante a sua construção, celebrássemos a paz com a Algéria.

Mas, afinal, os Estados Unidos evita-

ram a guerra, mercê de um tratado humilhante com a Algéria, pelo qual concordávamos em pagar mais de um milhão de dólares pelo resgate das nossas

equipagens aprisionadas e, além disso, um tributo anual de 2.500 dólares. Inacreditável!

O Congresso, então, cedeu de certo modo e autorizou a conclusão de três dos seus navios (*United States*, *Constellation* e *Constitution*), visto já ir bastante adiantada a sua construção.

Pouco depois desencadeava-se uma das guerras napoleônicas e os franceses começaram a capturar os nossos navios mercantes, entrando nós em luta naval com a França de 1798 a 1800. Nessa ocasião, o Congresso autorizou a construção das três fragatas restantes, votando, ao mesmo tempo, créditos para mais 30 navios.

Em 30 de abril de 1798, Benjamin Stoddert, de Georgetown, Distrito de

A história é sempre uma repetição

Columbia, foi nomeado ministro da Marinha, o primeiro, criando-se assim definitivamente o nosso Departamento Naval.

Embora houvéssimos comprado a "paz sem honra" de Marrocos em 1786, da Algéria em 1795, de Trípoli em 1796 e de Túnis em 1797, de nada serviu isso para pôr termo à nossa guerra com as nações da costa da Barbária. O que nos restava era a obrigação de mandarmos todos os anos um navio de guerra à Algéria levando o nosso tributo. Em pouco tempo o Bey de Trípoli acharia que o tributo por ele exigido de nós era inferior ao que pagávamos aos demais países da Barbária e por isso nos declarava a guerra. Durante quatro anos (1801-1805) vimo-nos, pois, empenhados

em luta naval com Trípoli, o que quer dizer, de fato, com todas as nações da Barbária. A guerra terminou vantajosamente para nós e dessa vez foi celebrada a "paz com honra".

Os apologistas do desarmamento exclamaram, todavia: "Mas nos tempos civilizados em que vivemos, um país sem Esquadra não se veria tratado como os Estados Unidos em 1785!" Como é tratado hoje um grande país (a China) de 400.000.000 habitantes? Exatamente da mesma maneira. A China vê-se forçada a comprar tratados de paz e a pagar resgates pela devolução do que lhe pertence, hoje em dia, tal qual como nós em 1785. A história é sempre uma repetição.

Parece que, se fôssemos o único país a pôr em prática o desarmamento, repetiríamos a nossa experiência de 1785.

Suponha-se, entretanto, que todas as nações se desfizessem completamente dos seus armamentos navais, que cada uma

delas destruísse suas unidades combatentes de todos os tipos, desde o encouraçado de batalha até o submarino. Que aconteceria, então? Em caso de guerra, a nação que dispusesse do maior número de navios mercantes adquiriria automaticamente o domínio dos mares. A Grã-Bretanha, por exemplo, possui presentemente para cima de 10.000 navios mercantes transatlânticos — mais, de fato, de que as outras quatro grandes potências reunidas: América, Japão, França e Itália. Isso daria à Inglaterra o domínio absoluto dos mares, pois que na hipótese de guerra bastaria colocar canhões nesses navios mercantes, como se fez em 1812, e eles se transformaram em vasos de guerra. Os navios de grandes ton-

nelagens e velozes, armados de canhões poderosos, representariam os encouraçados de batalha, os navios pequenos e ligeiros, providos de canhões e torpedos, seriam os cruzadores e destróieres.

Quando partimos em guerra com os ingleses, em junho de

1812, a nossa Esquadra não passava de 16 navios em condições de prestar serviço. Em novembro de 1811, a América pressentiu a aproximação da guerra, mas o Congresso recusou autorização para a construção de um único navio. Todavia, declarado o conflito, transformamos 500 navios mercantes em corsários e eles aprisionaram e destruíram 1.350 embarcações britânicas de comércio.

Por falta de navios de guerra, o nosso Capitólio em Washington foi atacado e incendiado.

Se nós, como em 1922, destruirmos todas as nossas unidades regulares de combate, nos veremos seguramente forçados,

**Enquanto não se modificar
a própria natureza
humana, os homens lutarão
sempre que julgarem
conveniente, seja com que
arma for**

em caso de hostilidades, a voltar à prática de 100 anos atrás e transformar os nossos navios mercantes em navios de corso. Desejaremos, porventura, regressar aos dias do corso e da pirataria?

Se formos além e destruímos os nossos vapores e todos os tipos de armamento, significaria isso o termo das guerras? Creasy assinala "a derrota ateniense em Siracusa como uma das 15 batalhas decisivas da história". Essa foi uma importante batalha naval, ferida há cerca de 2 mil anos, entre frotas e galeras e quando se desconhecia o uso da pólvora. Nesse encontro (415 a.C.) a frota de Atenas foi destroçada ao largo das costas da Sicília, perdendo a cidade grega o domínio do "Mediterrâneo oriental e do Mar Negro e vendo com isso desaparecer para sempre a sua situação de potência naval". Como consequência direta desse acontecimento, Roma, em vez de Atenas, dominou a Europa por muitos séculos. Os sicilianos con-

quistaram a sua vitória armando suas galeras com grandes catapultas, com as quais cobriam os atenienses de pedras e de fragmentos de rochas, defendendo-se estes apenas com dardos e fundas.

Por que nos iludirmos? Enquanto não se modificar a própria natureza humana, os homens lutarão sempre que julgarem conveniente, seja com que arma for. Mas, em milhares de anos, a natureza humana tem sido invariavelmente a mesma – desde Abel e Caim. O homem é de todos os animais o mais difícil de domesticar. Se assim não fosse, como se compreenderia que a cidade de Nova Iorque despenda anualmente cerca de 28.000.000 de dólares com o seu serviço de polícia? Por que razão se viu Boston teatro de arruaças durante a greve da sua polícia? Por que motivo se vêem os Esta-

dos na necessidade de organizar uma gendarmeria estadual para policiar os seus distritos rurais e ainda de pedirem o auxílio da tropa regular?

As nações que não puderem combater não podem existir.

O autor destas linhas é de opinião que se os chineses fossem um povo guerreiro e dispusessem de uma Marinha de Guerra eficiente, a chamada "Questão do Extremo Oriente" não existiria, como não seriam também necessárias conferências internacionais para afastar as possibilidades de conflito no Extremo Oriente. Uma "guerra mundial" no Extremo Oriente só é uma hipótese porque a China não possui navios de guerra.

Diante dos fatos históricos e dos argumentos, somos logicamente compelidos a concluir que o desarmamento total não impedirá as guerras.

Qual, portanto, deveria ser a nossa futura política naval?

Os Estados Unidos podem ser inconsistentes em muita coisa, mas têm seguido constantemente uma política de "falta de preparo nacional". Por causa dessa "política de despreparo nacional", tivemos de empregar 15 meses (de abril de 1917 a julho de 1918) para levar os nossos homens às linhas de fogo da França. E durante essa demora gastávamos dinheiro na média de 25 bilhões de dólares por ano e perdíamos milhares de vidas.

Temos adotado a política de "destruir a Esquadra" depois de cada guerra, graças a idéias de falsas economias e a vãs esperanças de evitarmos guerras futuras. Tentamos a completa "destruição da Esquadra" em 1785. Vimos quais foram as consequências desse ato. Em 1922 propomos a proporção de 5-5-3 (Estados Unidos-Inglaterra-Japão)

As nações que não puderem combater não podem existir

para encouraçados de batalha e navios transportes de aviões, com ilimitado número para cruzadores, destróieres, submarinos, hidroplanos e navios auxiliares.

Deveríamos manter também a mesma relação de 5-5-3 para os homens. Na Grã-Bretanha, a atual força naval de 100 mil homens é utilizável nos serviços dos navios de guerra, visto como há separadamente as forças de aviação (Royal Air Force) com um efetivo de cerca de 40 mil homens, que poderiam ser aproveitados para reforçar a Esquadra em caso de campanha naval; há as reservas navais e os civis que são empregados nos serviços das estações radiotelegráficas das costas; há as bases navais espalhadas pelo mundo, com muitos navios auxiliares manejados pelas reservas navais e inúmeros navios mercantes destinados ao abastecimento e aos reparos da frota britânica.

Nos Estados Unidos, os homens regulares da Esquadra são aproveitados na aviação naval, empregados nas estações radiotelegráficas das costas e em virtude da escassez de bases navais e de pequenos navios mercantes, esses homens devem ainda ser utilizados nos navios abastecedores, nos carvoeiros, nos navios-tanques e nos navios-oficinas. Comparando o orçamento anual da Marinha britânica com o nosso, para estabelecer a proporção razoável, teríamos de acrescentar ao nosso a metade, pelo menos, do orçamento da Royal Air Force.

Nestas condições, se nos propusermos a executar o espírito do tratado e obedecer a proporção 5-5-3 para o pessoal, necessitaríamos de ter cerca de 120 mil homens para os 100 mil da Grã-Bretanha. O desmantelamento dos navios de guerra em construção bem como dos navios velhos,

tal como foi assentado, não diminui as necessidades do pessoal, visto que praticamente não há homens nesses navios. Na opinião do autor deste artigo, os Estados Unidos precisam aproximadamente de 120 mil homens para manejar a chamada "Esquadra Hughes" e deveríamos, portanto, antes aumentar do que diminuir as nossas forças atuais.

É absolutamente falsa a idéia de possuir uma Esquadra de 50 ou 90% de valor em relação a do adversário provável.

A Alemanha despendeu milhões de dólares para construir uma Esquadra que representasse 80% da eficiência da Esquadra britânica. Ao ser declarada a guerra, ela teve de retirar do alto-mar essa Esquadra de valor 80% (com exceção dos submarinos) e seus navios mercantes, e abandonar à Inglaterra o controle dos mares. Uma Esquadra "80%" pode facultar 80% de influência

em tempo de paz e permitir a uma nação "aumentar a mão" depois de declarada a guerra, enquanto providencia para a realização dos

Desarmamento total não impedirá as guerras

20% restantes. Com uma declaração de guerra súbita, vimos que essa Esquadra de 80% equivale praticamente a zero como proteção. Uma nação com a sua Esquadra de "oitenta por cento", entretanto, não iria deixar-se enganar, pensando que o inimigo cruzaria os braços enquanto ela construísse os 20% que lhe faltava. Na recente Grande Guerra, ao mesmo tempo que a Alemanha se esforçava por completar os 20%, a Inglaterra não permanecia inativa, mas na realidade aumentava ainda mais a sua superioridade.

Propõe-se agora "destruir a Esquadra" parcialmente, reduzindo-se o pessoal necessário à sua manutenção no critério de 5-5-3 navios, a tal ponto que se reduziria a nossa Marinha de Guerra realmente a proporção de cerca de 2-5-3. Como "são os

homens que combatem e não os navios” isso nos daria uma Esquadra de 50% de eficiência. Ficariam os Estados Unidos satisfeitos em “destruir a Esquadra” parcialmente, reduzindo para isso o seu pessoal?

Nada mais falso como economia do que a manutenção de uma Esquadra de 50 ou mesmo de 80%.

Teríamos de manter a Escola Naval funcionando com a sua plena capacidade, restituindo à vida civil sem soldo (como fizemos há anos atrás) os que não fossem necessários ao serviço ativo. É uma excelente medida de preparo e uma boa capitalização nacional fazer passar pela Naval Academy homens como o atual Ministro da Marinha, que é graduado por essa Escola.

Durante a Grande Guerra recente muitos graduados pela Naval Academy voltaram temporariamente da vida civil para a Marinha e prestaram os mais relevantes serviços no mar.

O signatário destas linhas pode dizer do valor desses homens com conhecimento, pois, como comandante de um navio que transportava tropas para a França, teve sob as suas ordens dois homens graduados pela Naval Academy, que deixaram provisoriamente a sua atividade civil para servir na Esquadra; um como oficial artilheiro e o outro como chefe de máquinas. Devido à competência desses dois oficiais, o transporte manteve-se sempre preparado para correr a toda força das suas máquinas e para dar combate aos submarinos – duas condições absolutamente de primeira importância.

Os Estados Unidos gastam anualmente milhões de dólares para manter escolas públicas livres, colégios e universidades.

Por que razão não cogita o governo nacional de estabelecer, no seio de uma população superior a 100 milhões de habitantes, a educação naval livre para a infância de 500 rapazes por ano?

O autor destas notas acredita poder logicamente formular as seguintes conclusões:

a) quer o desarmamento parcial quer o total não evitará a guerra;

b) a nossa política naval nacional deveria exigir uma esquadra de “cem por cento”;

c) a Naval Academy deverá conservar o seu número de matrículas repleto, sendo o excesso de graduados restituído à vida civil sem soldo;

d) deveríamos executar o espírito do tratado naval e manter a razão de 5-5-3, tanto para os navios como para os homens; e

e) presume-se que os nossos delegados acreditavam que a manutenção da proporção 5-5-3 para navios e homens visa a assegurar a paz do mundo.

Contudo, a Esquadra pertence ao povo e estas questões devem ser resolvidas por ele. O povo deveria compreender que a moral da Marinha de Guerra se vai esboroando e a sua eficiência diminuindo pelas incertezas da futura política naval e pelos constantes esforços de “destruir a Esquadra”. Os homens da Marinha não desejam a guerra, e sim desejam uma Esquadra com eficiência de 100%, a fim de poder sustentar a honra do pavilhão e proteger o nosso comércio e os nossos concidadãos em todos os recantos do globo. Os homens da Marinha podem suportar as hostilidades e as balas do inimigo no tempo de guerra, mas devem contar com a amizade e o apoio do seu próprio povo na paz.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA> / Pacifismo /; Marinha dos Estados Unidos;